

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO**

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS PETROLEIROS
OFFSHORE NA ERA DO PRÉ-SAL**

JOÃO PAULO CORRÊA RAMOS

PIRACICABA
Fevereiro – 2014

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO**

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS PETROLEIROS
OFFSHORE NA ERA DO PRÉ-SAL**

Dissertação apresentada à banca examinadora como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba.

JOÃO PAULO CORRÊA RAMOS

Orientadora: Professora Doutora Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis

PIRACICABA
Fevereiro – 2014

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba.

Presidente: Professora Doutora Mirta Gladys Leren Manzo de Misailidis

Membro: Professor Doutor Alexandre Augusto Gualazzi

Membro: Professor Doutor Aldo José Fossa de Souza Lima

Piracicaba, 19 de maio de 2014.

Dedico este trabalho a minha amada mãe, Cátia Leite Corrêa, mulher guerreira e dedica aos filhos, merecedora de recordação e agradecimento em todos os momentos e em cada vitória obtida na minha vida.

A Jainna de Oliveira Souza Corrêa Ramos, minha adorada esposa, pelo amor, estímulo, compreensão, carinho e apoio demonstrados durante todo o curso e, principalmente, no período de elaboração deste trabalho.

À minha filha, Maria Valentina, um verdadeiro presente de Deus, um anjo que trouxe muita paz, equilíbrio e felicidade em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para superar as barreiras que surgiram ao longo da feitura deste trabalho e que iluminou o meu caminho nesta jornada.

A minha mãe Cátia, que com seu exemplo me ensinou a nunca desistir e a sempre lutar e dar valor para o que é verdadeiramente importante em minha vida.

Ao meu irmão Marcos Vinicius Corrêa Ramos, exemplo de bom caráter, respeito, dedicação e disciplina.

Ao meu avô, João Corrêa, por me ensinar que desta vida só levamos os bons momentos e as boas recordações, que para sermos felizes precisamos de muito pouco.

Ao amor da minha vida, minha esposa Jainna, que com muito carinho não mediu esforços para que eu concluísse mais esta etapa de minha vida. Sei que sem o seu apoio nada disso seria realidade.

A minha filha Maria Valentina, por existir em minha vida e me presentear com seu sorriso a cada vez que me vê, dando novo sentido a minha existência.

Agradeço também a Professora Doutora Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis, por tanto carinho, preocupação e dedicação em minhas orientações. Querida professora, obrigado por ter sido tão compreensiva e por ter me ajudado em toda esta caminhada. Obrigado.

Agradeço de coração à Sueli, que sempre me ajudou, me ouviu e me aconselhou, principalmente nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo e sócio, Rubens Gonçalves Ricaldes. Obrigado pela oportunidade e por todo apoio durante o tempo em que me ausentei para a realização deste sonho.

Aos meus amigos de mestrado, André Carvalho Farias e Murilo Kerche de Oliveira.

À Graça Rocha e ao Cairo Garcia Corrêa, do SINDIPETRO-NF, pela imensurável ajuda e pelo carinho e cordialidade com que me ajudaram na elaboração desta dissertação.

Aos professores Doutores Alexandre Augusto Gualazzi e Aldo José Fossa de Souza Lima pela contribuição para o trabalho na qualificação e pela disponibilidade e aporte na defesa da minha dissertação.

“Nos países onde a razão conserva o seu Império, e onde a filosofia tem espalhado as suas luzes, os povos estão na posse de seus direitos e o homem conhece os seus deveres.”

(GALHARDO, Antonio Rodrigues. O conciliador lusitano, ou o amigo da paz.)

RESUMO

RESUMO: Este trabalho foi elaborado tendo como fonte metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, aborda a atual política adotada pelo governo brasileiro no setor petrolífero e seus reflexos no trabalho dos petroleiros *offshore*, investigando alguns dos problemas mais vivenciados pela respectiva categoria e como o Judiciário tem se posicionado quando provocado para dirimir estes conflitos, traçando, em alguns casos, um paralelo com o direito comparado e com a jurisprudência estrangeira.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Petroleiros. *Offshore*.

ABSTRACT

ABSTRACT: This paper was elaborated as methodological source bibliographic and documentary research, discusses the current policy of the Brazilian government in the oil industry and their reflections on the work of offshore oil, addressing some of the problems experienced by most relevant category and how the judiciary has positioned when triggered to resolve these conflicts, making, in some cases, a parallel with the comparative law and the case law of other countries.

Keywords: Fundamental Rights. Tankers. Offshore.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP - Ação Civil Pública

ACT - Acordo Coletivo de Trabalho

AIE - Agência Internacional de Energia

ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho

BP - *British Petroleum*

CADH - Convenção Americana de Direitos Humanos

CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho

CCT - Convenção Coletiva de Trabalho

CF/88 - Constituição Federal de 1988 (o mesmo que CRFB/1988)

Confup - Congresso da Federação Única dos Petroleiros

CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

CRFB/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

dB – Decibéis

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

E.C. - Emenda Constitucional

EUA - Estados Unidos da América

FUP - Federação Única dos Petroleiros

NR - Norma Regulamentadora

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OJ - Orientação Jurisprudencial

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade

PCAC - Plano de Cargos e Avaliação de Carreira

PCB - Partido Comunista Brasileiro

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.

PL - Projeto de Lei

RLAM - Refinaria de Mataripe

SACC-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

SBDI-1 - Subseção I da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho

SINDIPETRO BAHIA - Sindicato dos Petroleiros da Bahia

SINDIPETRO NF - Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense

SIX - Superintendência de Industrialização do Xisto da Petrobras

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT1 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UNESA - Universidade Estácio de Sá

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta/RS

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UPM - Unidade de Produção Marítima

USA - *United States of America* (Estados Unidos da América)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I. O PETRÓLEO	19
1. Conceito	19
2. A gênese do petróleo	21
3. A história do petróleo	24
4. Tipos de Petróleo	33
5. A política do petróleo no Brasil	35
6. O novo marco legal	36
7. A origem da classe petroleira na história e seu desenvolvimento: breves notas..	38
8. A classificação dos trabalhadores em atividade petrolífera no mar	42
9. O sindicalismo dos petroleiros no Brasil	44
II. A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM VIRTUDE DA POLÍTICA PETROLÍFERA EM TEMPOS DE PRÉ-SAL	46
1. Breves apontamentos sobre a realidade no setor petrolífero	46
2. O que é terceirização	49
3. Razões para a terceirização	50
4. Características da terceirização	52
5. Terceirização lícita	56
6. Terceirização ilícita	57
7. A terceirização na indústria petrolífera	58
8. A propagação da terceirização no setor petrolífero	59
9. A evolução dos trabalhadores terceirizados na indústria petrolífera brasileira....	61
10. Consequências da terceirização	61
11. Os reflexos da terceirização para a categoria profissional dos petroleiros	63
III. OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	65
1. A evolução histórica dos direitos fundamentais	69
2. As dimensões dos direitos fundamentais	82

3. A resistência aos direitos fundamentais sociais dos petroleiros.....	86
-------------------------------------------------------------------------	----

IV. A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS PETROLEIROS 88

1. A violação ao princípio da isonomia entre os petroleiros <i>offshore</i>	88
2. Diferenciação salarial e de benefícios entre os trabalhadores que desempenham a mesma função.....	89
3. A desigualdade entre a jornada de trabalho dos petroleiros efetivos e os subcontratados	104
4. A ausência de percepção de sobreaviso pelos petroleiros terceirizados	110
5. O enfraquecimento dos sindicatos devido a pulverização sindical decorrente das terceirizações: obstáculos à efetividade do direito fundamental de organizar-se em sindicatos para proteção dos interesses da categoria.....	115
6. Os direitos fundamentais à saúde, integridade e à vida dos petroleiros <i>offshore</i>	116
7. Jornada de trabalho: uma lacônica análise da duração razoável da jornada de trabalho como direito fundamental	120
7.1. A violação ao direito fundamental a duração razoável da jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento e a (in)constitucionalidade da Lei 5.811/72	124
8. Os acidentes de trabalho <i>offshore</i> e as subnotificações: a precarização insidiosa e a violação ao art. 7º, XXVIII, da CRFB/88 (princípio da objetivação da responsabilidade civil)	135
9. O direito fundamental a uma democracia participativa efetiva: a problemática da Lei nº 12.353/2010	149
10. O corte da comunicação nas plataformas.....	159
11. O conflito de normas e as jurisdições brasileira e estrangeira para o julgamento de causas envolvendo trabalhadores no setor petrolífero brasileiro <i>offshore</i>	164
11.1. Introdução	164
11.2. Jurisdição e competência.....	165
11.3. A aplicação da legislação trabalhista no espaço	168